

PODER

Ramagem chama a PF de “polícia de jagunços”

Solto depois de passar dois dias nas instalações do ICE, ex-deputado parte para o ataque: critica diretor Andrei Rodrigues e garante que está em situação legal nos EUA

» VINICIUS DORIA
» FABIO GRECCHI

Menos de 24 horas depois de ser liberado pelo Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE), o ex-deputado Alexandre Ramagem gravou um vídeo no qual ataca o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Polícia Federal (PF) — chamada por ele de “polícia de jagunços” — e o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues. Ex-policiafederal e demitido em dezembro passado, pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, por participar da quadrilha que tentou dar um golpe de Estado no Brasil, o ex-parlamentar aproveitou para afirmar que sua situação nos Estados Unidos é regular, ao contrário do que foi noticiado inicialmente, por conta do passaporte diplomático que foi invalidado assim que ele perdeu o mandato na Câmara.

“Esse diretor-geral [Andrei Rodrigues] é uma vergonha”, criticou Ramagem, ao comentar a informação dada pela própria PF de que há cooperação entre a instituição brasileira e o ICE na questão dos imigrantes ilegais. “Nós cumprimos os requisitos, estamos dentro de todos os procedimentos, de todas as respectivas fases, o que nos concede o status de permanência regular nos EUA”, frisou. Ramagem teria, segundo os bolsonaristas, dado entrada em uma solicitação de asilo junto ao governo norte-americano, alegando perseguição política no Brasil.

Segundo o ex-deputado, a prisão pelo ICE e a soltura foram atos “administrativos”, sem a interferência da Justiça dos Estados Unidos. “Não houve nem pagamento de fiança, que é comum nesses casos migratórios”, disse. Ramagem fugiu do Brasil depois de ser condenado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a pouco mais de 16 anos de prisão como um dos integrantes do núcleo crucial do golpe. Ele teria cruzado a fronteira brasileira com a Guiana

Reprodução/Instagram



Ramagem afirma que contou com apoio da Casa Branca para ser solto

e embarcou para os EUA com o passaporte diplomático ainda válido — seu mandato seria cassado algumas semanas depois.

Considerado foragido da Justiça brasileira e com nome incluído na Difusão Vermelha da Interpol, ele vive, desde setembro do ano passado, no estado da Flórida com a mulher e as filhas. Ramagem desafiou a PF, que, segundo a cúpula da corporação, teria colaborado com o ICE na operação que o levou à prisão.

“Quem está demonstrando que pode estar sorridente aqui não sou eu. O apoio da PF que venha falar comigo de frente. Não tenho nada a esconder, muito pelo contrário”, disse.

colegiado —, pediu o indiciamento de três integrantes da Corte e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Líderes da oposição passaram a pregar a rejeição do nome de Messias como retaliação ao Supremo e ao Palácio do Planalto.

Périplo

Messias está cumprindo o périplo institucional de todos os nomes indicados pelo Poder Executivo para cargos que demandam aprovação dos senadores, que é percorrer os gabinetes para se apresentar e pedir apoio. O AGU está confiante em obter a maioria de votos necessária, no Plenário do Senado. Ele será sabatinado no dia 28 e vai precisar do voto de, ao menos, 41 senadores para chegar ao Supremo. Até agora, segundo apuração do **Correio**, Messias conversou com, pelo menos, 74 senadores. Ele chegou a tirar férias, neste mês, para se dedicar exclusivamente à tarefa de convencimento dos parlamentares.

Para o entorno do candidato a ministro do Supremo (na vaga aberta pela aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso), o clima para sua indicação melhorou muito de 2025 para cá. Ele tem conseguido vencer resistências políticas, conquistou a simpatia de parlamentares evangélicos e conta com o trabalho nos bastidores de ministros do STF que apoiam o nome dele. O relatório de indicação no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), atestou que Messias cumpre os requisitos legais para ocupar o cargo.

» Zambelli: mais uma decisão pela extradição

A Justiça da Itália proferiu nova decisão a favor da extradição da ex-deputada Carla Zambelli, dessa vez no processo em que ela foi condenada no Supremo Tribunal Federal (STF) por porte ilegal de arma de fogo. Anteriormente, a Corte italiana já havia autorizado a transferência da ex-parlamentar para o Brasil no caso relacionado à invasão de sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A defesa da ex-deputada recorreu da autorização concedida no primeiro caso e ainda aguarda a análise do recurso pela Corte de Cassação, instância máxima para a análise do processo. Após o esgotamento das instâncias judiciais, caberá ao Ministério da Justiça da Itália a decisão final sobre a extradição. Mesmo que um dos pedidos de que ela venha cumprir pena no Brasil seja rejeitado, a validação de um dos casos é suficiente para que a extradição seja autorizada.

Agradecimentos

No vídeo, ele agradece aos bolsonaristas que o acolheram nos EUA — citou nominalmente o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e os blogueiros Paulo Figueiredo e Allan dos Santos — que também é foragido da Justiça brasileira. “Eles todos estavam com a Rebeca, a minha esposa, que com muita força e determinação precisou de toda a ajuda para fazer chegar as autoridades americanas a regularidade da nossa permanência aqui nos EUA”, destacou.

Ele também fez agradecimentos a “mais alta cúpula da administração (de Donald) Trump”. Segundo bolsonaristas, Ramagem teria sido solto a partir de gestões de Eduardo

Bolsonaro e Paulo Figueiredo junto a Darren Beattie, assessor do presidente norte-americano para assuntos relacionados à América Latina. A dupla também teria procurado parlamentares republicanos com trânsito na Casa Branca para pressionar pela soltura de Ramagem.

Beattie, aliás, teve o visto de entrada no Brasil negado em março, quando viria participar de um evento sobre terras raras. Porém, planejava visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro quando ainda estava preso na Papudinha. A alegação do Ministério das Relações Exteriores para que ele fosse impedido de entrar no país foi a lei da reciprocidade, por conta da suspensão do visto do ministro Alexandre Padilha (Saúde), em agosto passado, por Washington.

Daniel Estevão/Ascom/AGU



AGU pediu audiência com Alcolumbre há meses, mas está na “geladeira”

» Advocacia do Senado defenderá Vieira

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), ofereceu apoio institucional para o relator da CPI do Crime Organizado, Alessandro Vieira (MDB-SE), e a outros senadores, depois que o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), solicitou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) investigasse o parlamentar por “desvio de finalidade” na elaboração do documento final da comissão e de extrapolar suas atribuições, ao sugerir indiciamentos sem base em elementos concretos. Ao colocar a advocacia do Senado à disposição dos parlamentares, a ordem de Alcolumbre foi para “tudo que vossas excelências acharem necessário, inclusive, ingressar conjuntamente com as questões jurídicas que vossas excelências manifestaram no Plenário do Senado Federal para defender a legitimidade do voto popular e a prerrogativa dos senadores da República”. Em ofício encaminhado à PGR, Gilmar também apontou invasão de competências do Judiciário e indicou que a conduta pode se enquadrar na Lei de Abuso de Autoridade.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Boulos e Guimarães, duas táticas de Lula na cozinha do Planalto

Com a saída do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e da ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que disputarão as eleições como candidatos ao Senado, os principais operadores políticos do Palácio do Planalto passaram a ser Guilherme Boulos, na Secretaria-Geral da Presidência, e José Guimarães, que substituiu Gleisi. Miriam Belchior assumiu a Casa Civil com foco na gestão administrativa do governo. Boulos e Guimarães têm perfis completamente diferentes.

Ex-candidato a prefeito de São Paulo, Boulos construiu sua trajetória política a partir dos movimentos sociais, especialmente no campo da luta por moradia, o que lhe confere forte conexão com a militância de esquerda e com pautas de mobilização popular. Sua atuação no governo reflete essa origem: é um articulador de base social, voltado para sindicatos, movimentos organizados e partidos progressistas, com discurso mais ideológico e mobilizador. Já Guimarães representa a face pragmática do governo. Deputado experiente, com trânsito consolidado no Congresso, atua como operador político clássico, interlocutor do presidente junto ao Centrão e ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para construir maiorias e viabilizar votações. Seu perfil é moderado, negociador capaz de fazer muitas concessões para colher resultados.

Essas diferenças traduzem estratégias distintas dentro do próprio governo, as quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estimula como forma de ampliar sua margem de manobra. No caso da proposta de extinção da escala de trabalho 6 x 1, a divergência entre ambos se tornou explícita e revela duas táticas políticas em disputa no interior do Planalto para lidar com o Congresso no processo eleitoral. Levada à prática, porém, essa dualidade costuma causar mais problemas do que soluções.

Boulos defende uma mudança imediata, sem transição prolongada, uma pauta urgente de justiça social e qualidade de vida. Para ele, a manutenção da escala 6 x 1 representa uma forma de exploração que compromete não apenas a saúde física e mental do trabalhador, mas, também, sua capacidade de convívio familiar e desenvolvimento pessoal. É contra qualquer tentativa de uma transição longa, com implementação gradual ao longo de anos, que seria uma forma de esvaziar politicamente a medida. Ao defender que o fim da escala seja “para agora”, Boulos revela uma estratégia eleitoral que busca mobilizar a base social do lulismo e alargar a chamada “economia do afeto” para vencer as eleições.

Guimarães adota postura cautelosa. Embora não se oponha ao mérito da proposta, sinaliza abertura para negociação no Congresso. Inclusive, admite a possibilidade de uma transição. Sua preocupação central é garantir que a mudança seja aprovada sem provocar reação adversa do setor produtivo ou da maioria parlamentar, cuja composição é mais conservadora. Ao afirmar que o tema deve ser “discutido” e que o formato final dependerá do Congresso, Guimarães reforça sua lógica de construção gradual de consenso, sem rupturas políticas que possam comprometer a governabilidade. A oposição também vê a questão pela ótica eleitoral e, por isso, é contra.

Debate chega atrasado

Essa divergência expressa duas visões sobre o ritmo e o método de transformação social: uma é orientada pela pressão política e pela mobilização, representada por Boulos e os partidos de esquerda; outra, guiada pela negociação institucional e pelo cálculo de viabilidade, encarnada por Guimarães e os aliados do governo mais ao centro. Essa é uma velha encruzilhada dos governos de esquerda: avançar rapidamente em pautas populares ou calibrar o passo para preservar alianças e estabilidade.

O debate sobre a escala 6 x 1 chega até atrasado. A jornada 5 x 2, por exemplo, nos Estados Unidos, foi adotada por Henry Ford na sua linha de produção de automóveis, em 1926. O modelo brasileiro atual — de até 44 horas semanais — está entre os mais extensos em comparação com países desenvolvidos. Na Europa, observa-se uma tendência consolidada de redução da jornada, com ganhos de produtividade, avanço tecnológico e valorização do bem-estar. Países como Alemanha, Dinamarca e Noruega operam com cargas médias entre 26 e 28 horas semanais, enquanto a França adota uma jornada de cerca de 30 horas e a Itália, em torno de 35 horas.

Esses modelos se apoiam em três fundamentos. O primeiro é econômico: trabalhadores menos exaustos tendem a ser mais produtivos. O segundo, social: jornadas menores ampliam o tempo disponível para educação, lazer e convívio familiar, contribuem para a coesão social e para economia do lazer e da cultura. O terceiro é tecnológico: a automação e a digitalização permitem produzir mais com menos horas de trabalho humano, torna possível redistribuir o tempo sem perda de eficiência. Jornadas de quatro dias (4 x 3) têm sido testadas em países como Reino Unido e Espanha.

No Brasil, relações de trabalho marcadas por desigualdade e informalidade, somadas à baixa produtividade média, dificultam a adoção imediata de modelos mais avançados. Por isso, a tendência é a transição para o modelo 5 x 2, já presente em diversos setores. A proposta de jornadas mais curtas, como a 4 x 3, esbarra na maioria do Congresso.